

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO MEIO AMBIENTE BRASILEIRO POR ESTUDANTES ESTRANGEIROS: Um estudo de caso em Bruxelas, Bélgica

SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE BRAZILIAN ENVIRONMENT BY FOREIGNERS STUDENTS: A case study in Brussels, Belgium

 Maria Clara Gomes da Silva ^A

 Márcia Grisotti ^A

^A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

Recebido em: 23/05/2023 | 04/12/2024 DOI: 10.12957/tamoios.2025.76685

Correspondência para: Maria Clara Gomes da Silva (mariaclaragdasilva@hotmail.com)

Resumo

As experiências de mobilidade acadêmica tendem a influenciar o engajamento de estudantes em questões globais, como por exemplo, a sustentabilidade ambiental. No contexto das mudanças climáticas e da degradação do meio ambiente, este artigo analisa as representações sociais sobre o meio ambiente brasileiro, de estudantes estrangeiros egressos de uma experiência de mobilidade acadêmica em Bruxelas, Bélgica, entre 2020 e 2021. A amostragem desta pesquisa qualitativa constituiu 11 entrevistados, acionados pelo método bola de neve, em entrevistas semiestruturadas virtuais, tele gravadas pela plataforma digital "Zoom". Para análise, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin. Observou-se a preponderância da representação social do meio ambiente brasileiro como um lugar rico por natureza, de grande diversidade e fortemente ameaçado. As causas da degradação ambiental no Brasil foram atribuídas aos hábitos dos indivíduos, considerados pelo/as informantes como deletérios, ao fraco compromisso do Estado brasileiro nas políticas ambientais; à falta de governança global e à necessidade de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: meio ambiente; mobilidade acadêmica; representações sociais; Brasil.

Abstract

Academic mobility experiences tend to influence students' engagement with global issues, such as environmental sustainability. In the context of climate change and environmental degradation, this paper analyzes the social representations of the Brazilian environment held by foreign students who participated in an academic mobility experience in Brussels, Belgium, between 2020 and 2021. The sampling for this qualitative research consisted of 11 interviewees, recruited through the snowball method, using virtual semi-structured interviews recorded via the "Zoom" digital platform. For analysis, Bardin's Content Analysis was adopted. The study found a predominance of the social representation of the Brazilian environment as a naturally rich, highly diverse, and strongly threatened place. The causes of environmental degradation in Brazil were attributed to individuals' habits, which were considered by the participants as harmful, to the weak commitment of the Brazilian State to environmental policies, to the lack of global governance and to the need for economic development.

Keywords: environment; academic mobility; social representations; Brazil.



INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi pensada a partir da participação da autora em um programa de intercâmbio oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, por meio de acordo bilateral com a Vrije Universiteit Brussel, em Bruxelas, na Bélgica.

Os estudantes que passam pela experiência de mobilidade acadêmica, supostamente, desenvolvem um capital simbólico que os enriquece cultural, intelectual e pessoalmente (OLIVEIRA e FREITAS, 2017), fomentando competências interculturais e uma cidadania global (MORLEY *et al.*, 2018).

A mobilidade acadêmica faz parte de um esforço maior de internacionalização do currículo. De acordo com Leask (2009 apud LEASK, 2015, p. 10), ela serve para “engajar estudantes com pesquisas informadas internacionalmente, com a diversidade cultural e linguística e a desenvolver suas perspectivas internacionais e interculturais como profissionais e cidadãos globais”.

É esperado, então, que esses sujeitos intercambistas se abram para outras realidades, pensem de forma crítica sobre o mundo, valorizem os princípios universais e se engajem em transformações sociais. Uma pesquisa publicada por Paige *et al.* (2009) revela que pessoas que passaram pela experiência de mobilidade acadêmica afirmam ter sido positivamente influenciadas em seus níveis de envolvimento em questões globais. A categoria que mais se destacou foi a simplicidade voluntária, ou seja, o engajamento social pela adoção de práticas de vida mais simples, muitas vezes associadas a uma preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Questões ambientais começam a assumir importância inequívoca para as novas gerações, suscitando novas abordagens. A estudante Greta Thunberg obteve atenção global ao acampar em frente ao parlamento sueco, iniciando um movimento de paralisação pelo clima na cidade onde vive. Esse movimento inspirou 4 milhões de jovens ao redor do mundo a irem às ruas, em setembro de 2019, em protestos pelo clima, compondo o maior e mais internacionalizado movimento pelo clima já visto (ALTER *et al.*, 2019). Uma pesquisa *survey* realizada pelo *European Environmental Bureau* (2020) registrou que para jovens europeus de 15 a 25 anos, as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente são consideradas os principais problemas com que a humanidade lida hoje (BIJWAARD e DUNNE, 2021).

A BBC News, em agosto de 2019, relatou que milhares de manifestantes em Londres, Madrid e Bogotá se instalaram em frente às embaixadas do Brasil para protestar contra os incêndios ilegais na floresta amazônica, exigindo ações do governo brasileiro. Naquele mês, o número de focos de queimadas na Amazônia foi o maior registrado pelo INPE (2024) nos meses de agosto desde 2010 até então, somando, ao final do ano, um total de 197.632 mil focos de queimadas identificados, enquanto em 2020 o total foi de 222.797 focos. Uma pesquisa sobre as notícias do Brasil na imprensa alemã relatou que, pelo menos até 2014, a temática do meio ambiente e das políticas ambientais era a quinta mais recorrente (CAZZAMATTA, 2020).

Como a preservação ambiental no Brasil encontra-se no epicentro do debate internacional sobre meio ambiente, assumido uma importância cada vez maior para os jovens do mundo, a presente pesquisa se propõe a desvelar quais são as representações de estudantes de intercâmbio sobre meio ambiente no Brasil nos últimos 5 anos, mais especificamente com participantes de programas de intercâmbio na cidade de Bruxelas (Bélgica), entre 2020 e 2021.



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Destaca-se o benefício do uso das representações sociais sobre o meio ambiente, na medida em que possibilita “a aquisição de conhecimento, interpretação e reflexão dos diferentes olhares, valores, interesses, posições e práticas que circulam entre os grupos sociais acerca desse objeto” (SILVA *et al.*, 2005, p. 42). As diferentes representações sociais da natureza refletem-se na participação e no envolvimento dos atores sociais com a problemática ambiental. Reis e Bellini (2011) acrescentam que investigar as representações sociais em relação com o meio ambiente é necessário “para entender como os agentes sociais estão captando e interpretando as questões ambientais, e principalmente, como pensam e agem em situações concretas de sua realidade próxima” (p. 156).

As representações sociais são especialmente vantajosas para a pesquisa dentro das Ciências Sociais, enquanto manifestação das visões do mundo real, compartilhadas pela linguagem. Logo, são capazes de indicar aspectos importantes da realidade, principalmente quando damos atenção à diversidade de visões de diferentes grupos, as quais podem revelar contradições e conflitos reais em meio à vida social (MINAYO, 1994). Dentro das representações sociais, estão presentes tanto elementos de dominação quanto de resistência, assim como contradições e conflitos, visto que “elas são uma mistura das ideias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes, e expressão das contradições vividas no plano das relações sociais de produção” (p. 109).

A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Entre os seres humanos e seu sistema natural há uma relação vinculada, de dependência da natureza, como parte constitutiva dos homens, bem como na capacidade de modificá-la. Marx denomina essa relação entre os seres humanos e a natureza de “metabolismo”, o qual advém das trocas energéticas e materiais, mediadas, por um lado, pelas leis da natureza e, por outro, pela sociedade, centrada na sua maneira de produção dos bens e, por conseguinte, das relações sociais e da própria vida. Com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a alienação do homem da natureza, surge uma falha metabólica que quebra as condições de sustentabilidade da natureza. Tal modo de produção rompe com esse “metabolismo”, na medida em que desconsidera as leis que sustentam a natureza, em detrimento do crescimento da produção. Essa falha metabólica pode ser percebida não só localmente, como no caso da Inglaterra, onde a busca por lucro máximo exauriu seu solo desde tempos históricos, mas também em nível global, com a transferência de recursos das colônias para os países colonizadores, visando ao sustento da produção ali desenvolvida (FOSTER, 2005).

Dessa maneira, Foster (2005) abre portas para uma discussão sobre ecologia que leva em conta também as relações internacionais de produção. Segundo o mesmo autor (2005), uma relação sustentável com a natureza necessita de um sistema de produção que leve em conta tal relação metabólica entre os homens e a terra; ao contrário disso, está a orientação capitalista para o lucro rápido e máximo. Juntamente com Brett Clark (2004), Foster funda a noção de “imperialismo ecológico”, caracterizado pela transferência massiva de recursos de alguns países para outros, recaindo sobre a transformação total dos seus ecossistemas e da alocação da



população. Quando alguns países centrais passam a explorar as vulnerabilidades ecológicas e a aumentar seu poder de controle imperialista sobre países periféricos, tal fenômeno transforma-se em uma falha metabólica de caráter global, tornando-se a caracterização central da relação do capitalismo com o meio ambiente. A exploração do imperialismo ecológico é uma das dimensões da “dívida ecológica”, outro conceito que os autores elucidam e que se refere à dívida que os países industrializados do Norte têm para com os países do sul global ou “em desenvolvimento”, devido à extração de recursos naturais, aos danos ambientais decorrentes e ao despejo de gases poluentes (FOSTER e CLARK, 2004).

Apesar de acomodar 25% da população mundial, os países do Norte global consomem 75% dos recursos mundiais, através da apropriação desses recursos e, assim, ainda ocupam boa parte da capacidade de absorção carbônica da biosfera (FOSTER e CLARK, 2004). Para os países do sul, a dívida ecológica significa:

a extração de recursos naturais; termos de comércio desiguais; degradação da terra e do solo para a exportação do cultivo; outros danos e poluições não reconhecidos causados pelo extrativismo e o processo produtivo; apropriação de conhecimento ancestral; perda da biodiversidade; contaminação da atmosfera e oceanos; introdução de químicos tóxicos e armas perigosas; e o despejo de resíduos perigosos na periferia. (FOSTER e CLARK, 2004, p. 193, tradução nossa)

A exploração dos recursos naturais nos países de economia periférica faz parte da acumulação primitiva do capital dos países de capitalismo central e serve para a reprodução desse sistema nesses países que, desde o início, necessitaram da apropriação colonial e imperialista de produtos agrícolas, metais, petróleo e fertilizantes para se desenvolverem, deixando a extração e a expropriação dos recursos naturais como marcas históricas das atividades econômicas dos países dependentes e periféricos, como posição na divisão internacional do trabalho (SANTOS e SILVA, 2021).

Caio Prado Júnior (1961), ao indagar sobre o sentido da colonização do Brasil, evidencia que, desde a sua fundação, o país possui elementos econômicos estruturais que perduram através do tempo e deixam a marca do tempo colonial. O principal desses elementos é a produção agrária extensiva, voltada à exportação, baseada na exploração da terra e na transformação da riqueza natural local em recursos para a produção de bens de consumo, de forma a atender interesses comerciais externos. O fenômeno da predominância da exploração da terra se dá através da exploração rural, baseada na monocultura latifundiária, na mineração e no extrativismo em larga escala. Essa orientação, do Brasil como mero fornecedor para o comércio mundial, resultou em um país que explora seus recursos naturais de forma extensiva e simplesmente visando à especulação, mantendo-se dependente economicamente, mesmo após a declaração de independência. Esse fenômeno econômico de dependência, a partir da exportação de bens primários, tem como consequência grave a concentração de riqueza e de terras.

Nas palavras do mesmo autor:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (Prado Júnior, 1961, p. 26)



Prado Júnior afirma que a exploração desses gêneros, que se revezavam a cada dado tempo, ocorria até que fossem esgotados todos os recursos naturais disponíveis, como no caso da zona açucareira litorânea e das áreas mineradoras, ou até que findasse a conjuntura econômica favorável.

De acordo com Barcellos e Valadão (2012), existe uma forte conexão entre esse processo histórico de privatização e exploração da terra, típico do Brasil, e a problemática ambiental presente no país. Os autores ainda afirmam que a crise ambiental não se dissocia das outras crises, como a agrária e a urbana, e essas não se dissociam da crise do capital. Salienta-se que as condições de uso, posse e propriedade da terra no Brasil, que se deram na forma anteriormente explicitadas por Caio Prado, com base na monocultura intensiva, na concentração de terras, na dependência econômica externa e na subordinação ao capital financeiro na agricultura, são tanto as causas da extrema desigualdade social do país quanto dos danos e desequilíbrios ambientais, como a degradação do solo, a contaminação de rios e lençóis freáticos, o desmatamento, entre outros desastres ambientais.

Além disso, a distribuição desigual de terras, com uma concentração profunda de metade das terras nas mãos de uma minoria de proprietários, que são, em grande parte, empresas e capital estrangeiro, e a exploração exaustiva das mesmas, consequências do modo brasileiro de se inserir na economia mundial, causam a expropriação contínua das populações locais de suas terras, tanto a população rural quanto a população indígena e quilombola, assim como ameaça a existência desses mesmos povos. Essa realidade se evidencia com o processo de redução das reservas legais, de exploração econômica em florestas de preservação permanente e das tentativas de controle da autodeterminação dos povos (BARCELLOS e VALADÃO, 2012).

Se, no início, os interesses aos quais o Brasil servia eram os dos portugueses, na atualidade, são os das grandes corporações transnacionais e do latifúndio. Mantém-se o tal processo de exploração sobre a terra, que acarreta na imposição de um padrão tecnológico e na industrialização da produção agropecuária, responsáveis pela manutenção e pela intensificação da exploração dos recursos naturais no país (BARCELLOS e VALADÃO, 2012).

O Brasil, assim como outros países de economia periférica, é um destino muito procurado por empresas internacionais devido à disponibilidade de recursos naturais, à mão de obra barata, ao pouco protecionismo estatal dos interesses locais, inclusive em relação aos dos trabalhadores, além disso, à existência de incentivos fiscais e ao financiamento de tais atividades empresariais. Assim, grandes corporações e instituições financeiras globais, por promoverem a privatização da terra através da expansão do agronegócio, da mineração, do hidronegócio, da produção de biocombustíveis e da extração de madeira, promovem também danos devastadores para o meio ambiente e para as populações locais e globais. Dessa forma, a expropriação territorial de populações locais e a mercantilização da terra e da biogeodiversidade, ou seja, os elementos que constituem a questão ambiental no Brasil, são consequências do processo de acumulação do capital e da privatização da terra em sua forma brasileira (BARCELLOS e VALADÃO, 2012).

Desde o início do século, essa situação vem se agravando. Por um lado, o Estado continua garantindo a rentabilidade do mercado de *commodities* e da exploração da natureza, com a presença dos grupos econômicos relacionados ao agronegócio, à mineração e à energia. Por outro lado, o poder econômico e político do país se estrutura para manter as relações econômicas, a partir desses interesses arcaicos e externos. Nessa lógica, marcada por relações nebulosas entre o público e o privado e entre o Estado e o mercado, emergem situações como a apropriação dos recursos hídricos por empresas privadas, levando à instalação de barragens,



as quais causam uma transformação radical nos modos de vida das populações locais, sem ao menos incluírem essas pessoas nas discussões acerca da implantação desses projetos e desconsiderando os impactos sociais e ambientais causados por eles. Além disso, na área da mineração, a escassez de reservas minerais no mundo impulsiona o avanço da exportação do minério *in natura* pelo Brasil e a exploração em minas, principalmente na Amazônia; é essa a razão da discussão sobre a mineração em terras indígenas, que desconsidera a existência desses povos e defende a supremacia da mineração sobre outras formas de uso da terra (ACSELHAD *et al.*, 2012).

Além dos impactos da produção e da mineração, esses vêm acompanhados da instalação de outros empreendimentos, como a infraestrutura de escoamento e de fornecimento de energia e água, as quais também possuem grande impacto socioambiental nos territórios (SANTOS E SILVA, 2021). Em nome da agroexportação e da mineração, a expansão da fronteira agrícola e mineral, assim como a realização de obras de integração regional, avançam sobre os territórios onde vivem populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas (ACSELHAD *et al.*, 2012).

Durante o Governo Bolsonaro

Nos anos recentes, o contexto político brasileiro tem sido extremamente favorável à expansão do agronegócio, com foco na exportação de *commodities* (MONTEIRO, 2022), o qual é o modelo produtivo hegemônico no Brasil (AGUIAR E RIGOTTO, 2021), ainda que isso signifique um avanço sobre os territórios, sem observar as questões ambientais e os territórios de populações tradicionais, considerados como obstáculos para a produção capitalista (MONTEIRO, 2022). Mecanismos de extermínio, violência e expulsão dos povos originários de suas terras sempre foram, e ainda são, os principais meios de expropriação e de assimilação de lugares e formas de vida não exploradas pelo capital (SANTOS e SILVA, 2021).

O agronegócio, e suas redes de infraestrutura inerentes, se expande principalmente na Amazônia, mas também no Cerrado, no Centro-Oeste, e nos estados do Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia (MONTEIRO, 2022). Esta expansão ocorre, por vezes, através desmatamento, grilagem e apropriação ilegal da terra, sendo que em alguns casos, por meio da própria burocracia estatal.

Em 2020, houve crescimento nos alertas de desmatamento em todos os biomas, mas principalmente na Amazônia e no Pantanal; 46% dos municípios do país e todos do estado do Amazonas, do Acre, do Amapá e de Rondônia sofreram com desmatamento; 7% do desmatamento aconteceu em áreas indígenas, com um crescimento de 31% em relação ao ano anterior, afetando metade desses mesmos territórios (MONTEIRO, 2022). Em 2024, apesar da posição em defesa do meio ambiente do atual governo, o número de focos de queimadas cresceu 48% comparado ao ano anterior, em que houve uma diminuição de apenas 7% em comparação com 2022. No total foram 267.344 focos de queimadas, o maior número registrado desde 2010 (INPE, 2024).

Ademais, existe uma subnotificação das terras desmatadas, incluso devido ao alto custo de satélites com maior detalhamento e à falta de fiscalização contínua e eficiente. Essas terras muitas vezes estão dentro de unidades de conservação, assentamentos ou terras indígenas, e são acompanhadas de violências invisibilizadas. A expansão do agronegócio também pressupõe o aumento do uso de agrotóxico nas lavouras, pastagens ou florestas, para a eliminação de insetos indesejados e plantas consideradas pragas. Esse recurso gera inúmeros impactos ao ambiente, como a “[...] contaminação de lençóis freáticos, dos rios, dos poços, da água da chuva, da terra,



do ar, da fauna e da flora” (MONTEIRO, 2022, p.93), e à saúde humana, como más formações congênitas, cardíacas e alterações osteomusculares em fetos, doenças antes raras e intoxicações agudas (AGUIAR e RIGOTTO, 2021). A exposição ocorre através do ar, da água contaminada, da má manipulação de uniformes contaminados e do descarte inadequado de embalagens.

Os agrotóxicos também estão sendo usados como armas químicas, de forma que populações tradicionais e da agricultura familiar estão sendo intimidadas com ataques feitos por meio da pulverização desses químicos sobre as áreas onde produzem e habitam, como estratégia para a expropriação dessas terras (MONTEIRO, 2022).

Por meio dos processos de desterritorialização e vulnerabilização das populações nos locais onde o agronegócio é implantado, o setor também compromete a soberania alimentar, causando desnutrição, obesidade e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis (AGUIAR e RIGOTTO, 2021).

Embora em todos os governos o embate entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental tenha existido, no governo Bolsonaro o meio ambiente passou a ser representado como uma barreira ao desenvolvimento. Consequentemente, isso se tornou uma justificativa para promover retrocessos na legislação ambiental, desconsiderando e retrocedendo nas conquistas já obtidas nesse campo (SANTOS e SILVA, 2021). As evidências podem ser corroboradas nas seguintes ações: i) a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pelos dados sobre o desmatamento; ii) a desregulamentação para favorecer o agronegócio; iii) a liberação de mais de mil tipos de agrotóxicos; iv) a instituição de PL's que promovem o desmatamento ilegal; v) a insegurança jurídica das terras indígenas demarcadas, a ameaça à autodeterminação dos povos indígenas, a redução de poderes protetivos da FUNAI (Fundação Nacional do Índio); vi) a erradicação do licenciamento ambiental e supervisão estatal para diversas atividades econômicas (SANTOS e SILVA, 2021); e vii) restrição dos espaços de participação política nos órgãos voltados a questões ambientais (Menezes e Barbosa, 2021).

Há no Brasil uma tendência de aprofundamento do processo de reprimarização da economia, que significa a intensificação da centralidade de produtos primários, como agrícolas e minerais, e a diminuição de produtos industrializados nas exportações brasileiras, os quais haviam sido fomentados ao longo de décadas anteriores. Esse retrocesso faz com que a gestão ambiental seja sobreposta pelos interesses econômicos voltados para a lucratividade do capital, desconsiderando interesses das populações locais, ribeirinhas, da agricultura familiar, indígenas, quilombolas e a própria preservação da natureza. Esse fenômeno fica ainda mais evidente na tentativa de regulamentação da pesquisa e exploração de minerais e a utilização dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica em terras indígenas, através do PL 191/2020 (SANTOS e SILVA, 2021).

Ademais, as forças armadas, com a inserção dos militares no governo Bolsonaro, e a bancada BBB (boi, bíblia e bala) expandiram-se e ganharam força, intensificando a presença de pautas conservadoras na política brasileira. Tais pautas, durante o governo Bolsonaro, se revelaram nas constantes tentativas de limitar as terras públicas da União, as unidades de conservação, as terras indígenas, quilombolas e os assentamentos, ao mesmo tempo em que se facilitou a posse de terras em áreas da União invadidas por grileiros e, em consequência, a apropriação de terras para o agronegócio. Os *lobbies* do agronegócio no Executivo e no Legislativo também fomentaram as condições nacionais para a produção de fertilizantes e a implementação acelerada do uso de agrotóxicos. Para além disso, o antigo governo federal viabilizou a ampliação de desonerações fiscais, dos subsídios financeiros e das condições favoráveis às operações do agronegócio e da mineração, utilizando o aparato normativo para



favorecer, além de intensificar e radicalizar a natureza violenta e autoritária do Estado brasileiro frente aos povos tradicionais (SANTOS e SILVA, 2021).

O agronegócio, que tem se desenvolvido no Brasil ao longo do tempo, foi desde o início patrocinado pelo aparato estatal e tem se expandido visando incessantemente o lucro, em detrimento de qualquer forma de vida alternativa que não contribua para esse fim, destruindo e causando prejuízos socioambientais, apagando culturas e memórias, além das florestas (ACSELHAD *et al.*, 2012).

Menezes e Barbosa (2021) indicam que a administração do meio ambiente no Brasil, sob Bolsonaro, se manifesta na destruição da proteção ambiental, de duas formas: 1. através da restrição dos espaços de participação política nos órgãos voltados a questões ambientais; e 2. no ataque constante aos principais defensores do meio ambiente, ou seja, indígenas, quilombolas, cientistas e ONG's, com o objetivo de reduzir a legitimidade de suas reivindicações.

O governo Bolsonaro buscou enfraquecer e desmanchar o aparato legal e institucional da proteção ambiental, centralizando-o nas mãos do poder Executivo. Isso se reflete no desmonte do Ministério do Meio Ambiente, com a eliminação e constantes trocas de cargos, a nomeação de Ricardo Salles, defensor do agronegócio, como ministro do Meio Ambiente, e a troca de membros da sociedade civil dentro do ministério por militares. Além disso, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade teve seus cargos superiores de controle reduzidos, sendo ocupados também por militares ou ex-militares, no Conselho Nacional da Amazonia Legal a chefia foi passada para o vice-presidente de Bolsonaro e as cadeiras de participação foram reduzidas de 96 a 23 membros, excluindo a sociedade civil e deixando o órgão sob controle do setor extrativista, com todas as decisões passando pelo vice-presidente, um militar. Isso resultou em uma ineficiência administrativa diante da degradação ambiental (MENEZES e BARBOSA, 2021).

Nessa mesma linha, Bolsonaro impôs uma retórica hegemônica violenta que nega e deslegitima as vozes, a agência e a participação dos diversos atores envolvidos na questão ambiental no Brasil, em proveito dos interesses econômicos da exploração da terra. Tais ações visaram centralizar o poder de decisão sobre a proteção ambiental e manter uma ineficiência programada, parte de uma "agenda de desenvolvimento que coloca a administração ambiental a serviço dos interesses extrativistas" (MENEZES e BARBOSA, 2021, p. 14).

Vieira (2021) destaca a necessidade de enxergar as promessas falsas de desenvolvimento com base no agronegócio, pois, por trás dessa lógica, está o modo de produção, distribuição e consumo de bens, responsável pela destruição massiva de ecossistemas, biomas e culturas.

Para esse autor, é necessário buscar alternativas de vida que sejam coerentes com a satisfação das necessidades básicas de todos no país e do meio ambiente. Ele propõe o enfoque territorial, que leva em conta as especificidades dos contextos socioculturais e históricos dos territórios, fomentando sistemas produtivos locais integrados para um desenvolvimento local autocentrado. Ao contrário do sistema atual, em que os países dependem das assimetrias Norte-Sul, é importante buscar um desenvolvimento que não tente ser uma cópia da experiência de países conhecidos como "desenvolvidos". Nesse sentido, os conhecimentos das comunidades locais devem ser valorizados, bem como a qualidade territorial, para manter uma relação prudente com o meio ambiente. Além disso, o autor enfatiza a necessidade de decisões plurais em planejamento e gestão, mobilizando diferentes atores, inclusive aqueles ignorados pela burocracia convencional (VIEIRA, 2021).



Vieira (2013) defende a necessidade de quebrar com o establishment acadêmico na forma atual de enfrentamento da crise global, por meio do compartilhamento de saberes e experiências de atores em diferentes instâncias. É central explorar novos sistemas agrícolas que fortaleçam a soberania alimentar, a saúde de todos, a igualdade social e a preservação de uma relação equilibrada entre homens e natureza, movimento que depende do esforço coletivo da sociedade civil e dos movimentos sociais na pressão sobre o governo para transformar fluxos econômicos e sistemas alimentares.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo descritivo-exploratório, realizado com jovens participantes de mobilidade acadêmica em, pelo menos, três diferentes Universidades em Bruxelas, na Bélgica, nos anos de 2020 e 2021.

Para a amostragem, foi utilizado o método bola de neve, que consiste em um método não probabilístico de amostragem: partindo-se de alguns poucos indivíduos, solicita-se a eles a indicação de outros indivíduos considerados parte do mesmo grupo alvo, devido à dificuldade de obter uma listagem dos membros da população estudada e o difícil acesso aos membros dessa população (DEWES, 2013). Dada a dificuldade em acessar os contatos com as diversas instituições de ensino da cidade, esta técnica de coleta de participantes possibilitou configurar a população-alvo da pesquisa: um grupo pequeno, que esteve em constante contato e redes de amizade durante determinado período.

Assim, foram selecionados cinco estudantes, cujos contatos já estavam disponíveis, formando a chamada “onda zero”. O número de participantes na “onda zero” foi definido a partir de uma escolha prática: a pré-existência de contato com tais participantes. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, caracterizada não por uma amostragem ampla, mas pela identificação das ideias de alguns indivíduos com características específicas, os quais permitiram um bom rendimento analítico. A partir da “onda zero”, foram indicados outros participantes até que se atingisse o total de 11 entrevistados, momento em que as respostas começaram a se repetir.

Os entrevistados tinham entre 21 e 28 anos, cursavam a graduação ou o mestrado em cursos de Ciências Humanas e eram originários de países do hemisfério Norte, sendo sete países europeus, Finlândia, França, Rússia, Itália, Espanha (2 participantes), República Checa (2 participantes), Portugal (2 participantes), e um país asiático, China. Oito dos participantes identificavam-se como mulheres e 3 como homens. Entretanto, as distinções de representação baseadas em gênero não foram objeto da pesquisa, pois não foram observadas diferenças significativas nas respostas.

Tendo em vista a distância física entre os diferentes sujeitos de pesquisa e o pesquisador, a coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas (Figura 1) gravadas pela plataforma digital “Zoom”. Após o envio do convite individualizado aos participantes e o aceite, foi marcado um horário para a realização da entrevista. Antes da entrevista, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura. A declaração de consentimento aconteceu por manifestação verbal do participante, registrada em vídeo.

As entrevistas se deram com base em um roteiro de perguntas previamente formuladas (Figura 1) que buscavam, em primeiro lugar, traçar um perfil básico dos participantes, com questões sobre idade, curso acadêmico, país, e também sobre a relação deles com a temática ambiental, o nível de preocupação e de envolvimento com o tema; em segundo lugar, buscou-se obter as ideias mais gerais dos participantes sobre o Brasil, o meio ambiente, as fontes de



informações; por último, foi feita uma série de perguntas mais específicas para aprofundar o ponto de vista dos participantes sobre quem eles consideram responsáveis pelo tema, qual a explicação para os problemas narrados e quais soluções eles apontam.

Cabe destacar que foi possível questionar alguns conceitos que emergiram durante o processo de entrevista, propiciando um maior detalhamento das ideias. Por exemplo, quando foi citado por um dos participantes a necessidade de "políticas de decrescimento", foi importante aprofundar o que ele entendia por esse conceito, para que não houvesse dúvidas sobre o conteúdo e o sentido de sua fala.

A análise foi realizada seguindo os passos enunciados por Bardin: 1. transcrição das entrevistas; 2. leitura flutuante de todas as entrevistas individualmente; 3. codificação dos dados, momento em que foram elaboradas e preenchidas as tabelas; 4. categorização dos elementos, feita ao longo da descrição e discussão dos dados (BARDIN, 2016).

Para garantir o anonimato dos participantes da pesquisa, foi utilizada a letra "E" (de Entrevistados), seguida de número, para sua identificação. As traduções das perguntas e respostas foram feitas pela primeira autora.

Figura 1 - Roteiro Semiestruturado das Entrevistas

Qual a sua idade?
E o seu país de origem?
Em qual diploma você se formou? Ou em qual está estudando? E em qual Universidade?
Como você se identifica em questão de gênero?
Qual a sua posição perante as problemáticas ambientais? Elas lhe preocupam?
Você já participou de algum movimento político, protesto ou evento pelo meio ambiente?
Quando eu digo as palavras "Brasil" e "meio ambiente", quais outras 5 palavras vêm a sua mente?
O que você sabe sobre o meio ambiente no Brasil nos últimos 5 anos?
O que você lembra de ter ouvido, visto ou lido sobre os eventos conectados ao meio ambiente no Brasil nos últimos 5 anos?
Qual você diria que é a sua principal fonte de informação sobre esse assunto?
Por qual razão você acredita que o meio ambiente brasileiro tem sido tratado dessa forma?
Quem você vê como o responsável pelas questões ambientais no Brasil?
Que atores sociais/grupos de pessoas você acredita estarem envolvidos com as questões ambientais no Brasil?
Quem você acredita que são os afetados pelas questões ambientais?
Você acredita que o meio ambiente no Brasil deveria ser tratado de forma diferente?
[Caso respondessem positivamente:]
Por quê? Qual é a importância de fazer algo diferente?
O que você acha que pode ser feito para mudar a situação?
Quem você acha que deve agir para que aconteça uma mudança?

Fonte: autoras

RESULTADOS

Aproximação dos participantes com as questões ambientais

Os entrevistados, com exceção de um que se absteve, disseram estar preocupados com as questões ambientais. Alguns se mostraram extremamente preocupados, outros pouco enfáticos, e pronunciaram respostas simples como "*Sim, me preocupa*" (E3) e "*Aham, sim*"



(E5). Uma maioria demonstrou incerteza ou hesitou em suas respostas: “*Sim, sim, eu estou muito preocupada com o que está acontecendo... mais ou menos*” (E1).

Mais de um participante trouxe a reflexão de que, embora haja preocupação com as questões ambientais, elas podem ter sofrido um *boom* temporário e, agora, sua importância parece estar sendo substituída por outras questões globais: *Acho que, nesse momento... ou seja, estivemos a viver dois anos em pandemia, acho que nossa maior preocupação não era o ambiente a essa altura. Então, ainda agora, que estamos a viver uma guerra, ainda é menos, se calhar.*” (E7).

Embora com algumas divergências quanto ao grau de preocupação com as questões ambientais, os dados acima se aproximam do que Rainsford e Saunders (2021), Bijwaard e Dunne (2021) e Carvalho (2004) já haviam relatado: que, de fato, os jovens se preocupam com as questões ambientais. Também com Ianni (1968) que considera a juventude como um momento da vida propenso ao pensamento criativo de alternativas para os problemas existentes no mundo e para a formação de uma consciência social. Destaca-se seu protagonismo em relação à pauta ambiental, colocando-a na agenda política global (HAN e AHN, 2020), e nos protestos contra a inação dos Estados perante as mudanças climáticas (ALTER *et al.*, 2019; TAYLOR *et al.*, 2019; BBC, 2021; 2019). Rainsford e Saunders (2021) registraram que, entre os jovens, o nível de frustração, preocupação e raiva relacionados às questões ambientais é alto. Bijwaard e Dunne (2021) e Carvalho (2004) também registraram uma preocupação ímpar dos jovens europeus com a problemática ambiental.

Em contraponto, os dados mostram que os próprios jovens questionam sua própria preocupação, mostram-se hesitantes em responder positivamente e percebem a questão como uma preocupação temporária, que pode significar adesão sublime a uma onda ou moda mundial. Alguns, ainda, acreditam não se engajar o suficiente ou apenas assumir pequenas ações para contribuir com a preservação da natureza: “*É, assim, as questões ambientais me preocupam. Mas, infelizmente, eu sinto que não faço o suficiente para mudar isso.*” (E11).

Forma de envolvimento dos participantes com as questões ambientais

Entre os tipos de ações relacionadas à preservação do meio ambiente, os participantes manifestaram as ações individuais como principais, das quais estão: reciclar; doar roupas; usar o transporte público; não comprar plástico; comprar roupas de segunda mão; e andar de bicicleta. Em segundo lugar, ressaltaram as ações coletivas, tais como: protestos, presença em discussões em grupo na universidade e participação em ações de recolher lixo na praia. Apenas um dos participantes manifestou que a questão ambiental deve ser levada em consideração na hora de escolher seus representantes políticos.

Houve dois relatos de que, com a pandemia da COVID-19, eles deixaram de participar de protestos. Outros disseram ter participado nos protestos do segundo semestre de 2019, parte do *FridaysForFuture*, citado por Alter *et al.* (2019), por Taylor *et al.* (2019) e pela BBC (2021; 2019), revelando que, de fato, os jovens têm colocado a pauta ambiental junto à agenda global (HAN e AHN, 2020).

Assim como em Paige *et al.* (2009), os dados aqui relatados também apontam que aqueles que passaram pela mobilidade acadêmica se envolvem com questões globais, principalmente, através da simplicidade voluntária, referente a ações de consumo consciente ou com menos impacto ambiental. Entretanto, para Derrick Jensen (2009), mudanças individuais ou atos de consumo pessoal não se equiparam a mudanças políticas e, apesar de serem as mais



propagadas e difundidas, essas mudanças sozinhas são insignificantes para lidar com o aquecimento global e com as questões ambientais, uma vez que o consumo pessoal dos recursos naturais é ínfimo se comparado com o das indústrias e da agricultura. Ainda, mesmo que todos agissem de forma exemplar frente aos recursos naturais - como reciclar tudo o que consome, comprar só o necessário, economizar água, usar energia solar, andar de bicicleta, entre outras tantas formas de consumo pessoal consciente - os impactos ambientais e o avanço do aquecimento global não seriam detidos. Tratar as problemáticas ambientais através de atos de consumo pessoal não só é ineficaz, mas também faz com que a solução real para o problema, a luta política organizada, seja camuflada. A culpabilização dos indivíduos (*vitiming blaming*), ao invés de desvelar os principais causadores do problema - o modo *operandi* do sistema socioeconômico atual e aqueles que têm poder nele - faz com que os cidadãos sejam transformados em meros consumidores, nos quais as formas de resistência acabam reduzidas a formas de consumir ou não (JENSEN, 2009).

Representações sociais do meio ambiente brasileiro

Nos resultados de uma associação rápida estimulada de cinco palavras a partir dos termos “Meio Ambiente” e “Brasil”, retratados na Figura 2, o termo que apareceu com mais frequência (7 das 11 entrevistas) foi “Amazônia/Floresta Amazônica”. Em sequência decrescente, a segunda palavra mais frequente dessa associação foi “Desmatamento/Deflorestação”. Posteriormente, seguiram-se: “Turismo”; “Biodiversidade”; “Poluição”; “Florestas”, seguidas de: “Quente”; “Fauna e Flora”; “Rios”; “Verde”.

Um rol positivo de palavras destacou a natureza brasileira, como: “Natureza”; “Praias”; “Cataratas do Iguaçu”; “Riqueza”; “Lindo”; “Biodiversidade”; “Rio Amazonas”; “Regiões diversas”; “Indígenas”; “Fauna e Flora”; “Rios”. De outro modo, pontos negativos e problemáticas da questão ambiental no Brasil foram identificados nas palavras: “Fogo/Incêndio”; “Extinção”; “Alterações climáticas”; “Ecossistemas em risco”; “Especulação”; “Poluição”; “Desmatamento/Desflorestação”.

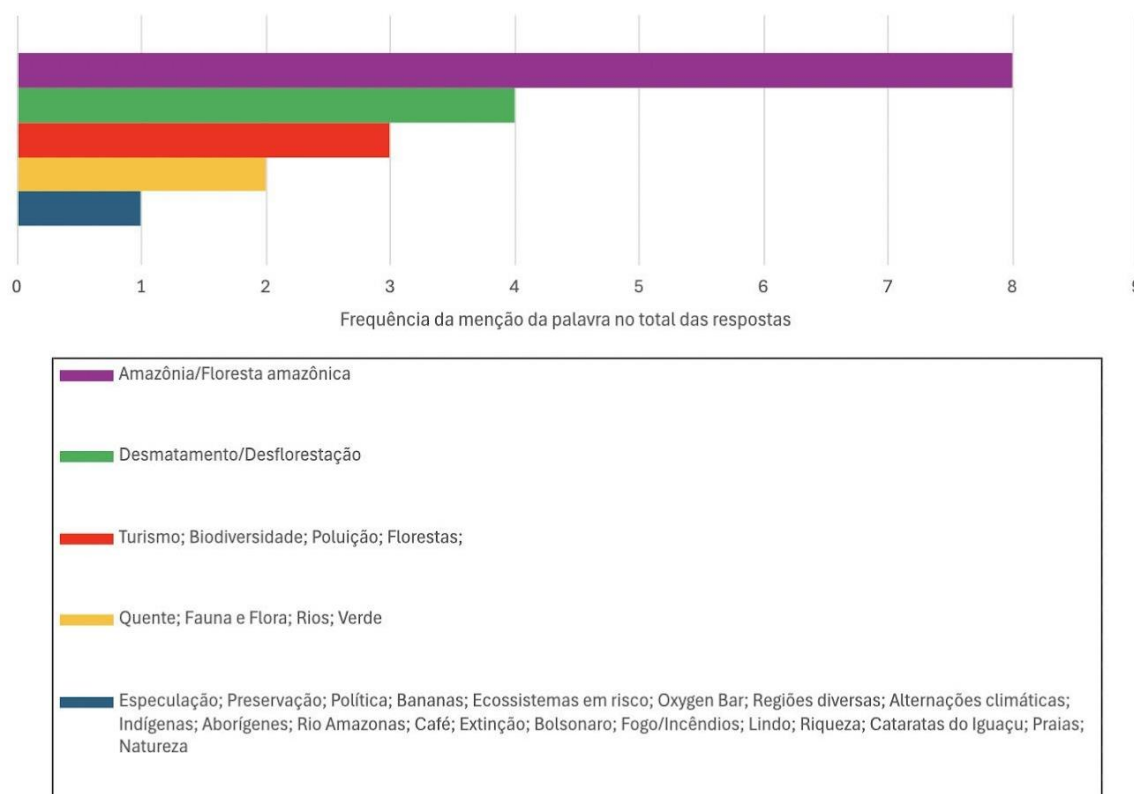
Essa associação de palavras aponta pontos de vista ambíguos sobre o meio ambiente brasileiro, onde, de um lado, aparece a riqueza natural do país e, do outro, as ameaças de sua extinção ou prejuízo ambiental. Nesse sentido, houve menções à presença de sujeira ou poluição; à presença da exploração do minério; à existência de espécies em extinção. Foi mencionada a existência da Petrobras, a presença de conflitos por terra e a existência do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e a figura do Brasil como grande exportador agrícola.

A ênfase dada à floresta amazônica e ao desmatamento aparece, também, no questionamento aos entrevistados sobre algum acontecimento no Brasil nos últimos anos, relacionado ao meio ambiente: “[A Amazônia] é o maior ‘oxygen bar’ do mundo” (E6); “Basicamente, [a Amazônia] é a casa de muitas vidas selvagens e espécies que só vivem lá e que são bastante únicas” (E5).

Poucos responderam positivamente e comentaram sobre os incêndios na Amazônia. Tragédias ambientais importantes, como a de ‘Mariana e Brumadinho’, o ‘derramamento de óleo na costa nordestina’, ‘os incêndios que foram para além da floresta amazônica’, não foram relatadas.



Figura 2 – Associação de palavras com os termos “Meio Ambiente” e “Brasil”
Associação de Palavras com os termos “Meio ambiente” e “Brasil”



Fonte: Autoras

De fato, a Amazônia é uma das regiões mais afetadas pela intensificação dos incêndios provocados, especialmente nos últimos anos. Desde 2019, a diminuição da floresta amazônica e também de outros biomas tem se agravado em quantidade e dimensão, devido a fenômenos como a expansão do agronegócio (GUDYNAS, 2020). O tema do meio ambiente, em especial, da Amazônia brasileira, se tornou predominante nas notícias sobre o Brasil em jornais estrangeiros, bem como uma pauta importante da crítica internacional. Segundo Nogueira (2021), essa cobertura midiática faz parte de uma exotização focada em alguns temas, entre eles, a Amazônia, como "grande pulmão verde do mundo". Governos de diferentes países têm se manifestado em defesa da Amazônia, questionando a gestão Bolsonaro e relação à pauta ambiental. O presidente da França, Emmanuel Macron, além de citar os incêndios na Amazônia como uma ofensa ao mundo, defendeu que a situação deveria ser tratada como uma crise internacional e pauta de discussão do G7 - grupo de países mais industrializados do mundo.

A expressão “oxygen bar” citada significa uma alta concentração de oxigênio no ar, um conceito que surgiu no Japão no final dos anos 1990, e se expressa através de uma técnica de consumo concentrado de oxigênio de diferentes maneiras: tecnologias em spas e até sob a forma de oxigênio em lata. O objetivo é um aumento na qualidade da saúde e no tratamento de doenças através das altas taxas de oxigênio (KUMAR, 2014). Nesse sentido, entende-se que o entrevistado se refere à Floresta Amazônica como representação de um espaço com alta taxa de concentração de oxigênio no ar atmosférico, imprescindível para a oxigenação no mundo.



Para Oliveira (1991), a figura da Amazônia como “pulmão verde” ou “pulmão do mundo” é uma figura retórica errônea, pois a analogia com o órgão pulmão presume que a floresta amazônica consome O₂ e expõe CO₂. Mas, ao contrário, o benefício da floresta é exatamente liberar O₂ e fixar CO₂. Além disso, é exagero exaltar a Amazônia como grande fornecedora de ar puro para o mundo, já que sua capacidade de armazenar CO₂ não é tão alta como se vende - menos de 9% aproximadamente -, e o ar atmosférico no seu interior carrega a mesma quantidade de O₂ que o ar presente nas pradarias gaúchas ou no pantanal mato-grossense, por exemplo. Por outro lado, a Amazônia tem função importante na regulação do clima pelo continente Sul Americano (FERNANDES, 2021), fato desconhecido ou não citado pelos entrevistados.

As falas, de maneira geral, vão de encontro à exotização do Brasil e da Amazônia, como Nogueira (2021) comenta, incluindo, exageradamente, a ideia de que o Brasil tem espécies de “todos os animais”: *“Eles (pais em visita ao Brasil) amaram, porque é tão natural e tem muitas espécies de pássaros... bem... de todos os animais” (E1); “de certeza que há sítios no Brasil, aqui em Portugal não, mas que estás a andar e vês, tipo, um macaco” (E11).*

Os valores das notícias referentes à região amazônica “são selecionadas por meio de critérios que envolvam o trágico, o exótico, o inusitado ou que está relacionado à presença de índios, escândalos políticos, confrontos de terras e desmatamento” (ASSUMPTÃO, 2018, p. 37). Zhouri (2004) observa que o interesse pelas culturas exóticas e pela vida selvagem são base tanto da lógica imperialista quanto da ambientalista.

Ao exaltar a importância da Amazônia, remete-se a uma importância que envolve o mundo todo, inclusive as pessoas europeias, chegando-se a apontar a necessidade de uma governança global: *“O que envolve as pessoas do Brasil envolve os cidadãos de todo o mundo, porque, os recursos da Amazônia, a grande diversidade que existe lá também envolve, por exemplo, as pessoas na Europa” (E9).*

Camely (2010) aponta que o tema Amazônia, como um enorme território cheio de recursos naturais, mobiliza, desde os tempos da ditadura militar brasileira, uma enorme campanha em sua defesa, a qual, no fim dos anos 1980, recebeu enorme investimento das ONG’s vindas da América do Norte. Por meio de intensa propaganda, foi possível instaurar diversas intervenções ecológicas na floresta, lideradas pela lógica da hegemonia norte-americana. Na região amazônica, existem hoje diversos projetos que funcionam com base em apoio financeiro ou técnico internacional, principalmente, por meio de organizações internacionais, como as Agências de Cooperação Internacional (ACI). Segundo Assumpção (2018), um exemplo desses projetos é o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7-1995-2009), mediado por cooperação técnica, científica e financeira internacional e representando os interesses dos países do G7. Apesar disso, tal projeto compensou minimamente os danos sofridos na região, pois o montante disponibilizado para a proteção das florestas foi somente de 1/6 do anunciado inicialmente pelo programa (DA SILVA, 2010).

O Brasil torna-se, assim, um país que recebe atenção internacional por conta de seus recursos naturais, já que é necessário para os países do Norte que países de economia dependente como o Brasil forneçam matéria-prima com baixo custo para suprir a demanda por comida, roupa, mercadorias, tanto quanto pela transição ecológica, onde muitas das tecnologias de energia limpa necessitam de recursos vindos de tais países. Com base nisso, instaura-se um cenário em que a extração e a expropriação tornam-se a norma, em grande parte financiadas por pacotes de investimento (FERNANDES, 2021). Assim, a repercussão internacional sobre a Amazônia, na maioria das vezes, é feita com boas intenções e preocupações honestas com a



preservação ambiental, com a questão climática e os povos locais. Entretanto, essas notícias tendem a mal interpretar a raiz da questão, culpabilizando apenas o governo brasileiro e ignorando as ligações entre esses poderosos atores locais e os atores internacionais, que lucram com a situação. Desta forma, reduzir a problemática ambiental apenas à má escolha eleitoral ofusca uma situação de capitalismo dependente no Brasil, apesar de que tais escolhas possam ampliar abusivamente a subserviência brasileira aos interesses dos países capitalistas centrais (FERNANDES, 2021). Vide o governo Bolsonaro e a consequência do garimpo ilegal em terras Yanomamis, Roraima. (G1, 2023).

A vida, no âmbito internacional, está sob a tutela de uma “governança global”, composta por regimes, normas, regras, processos decisórios e organizações internacionais. Essa governança é formulada por Estados e atores privados internacionais que governam, impondo políticas, fortalecendo oligopólios, promovendo a globalização econômica não regulada e contribuindo para a supremacia da agenda neoliberal dentro de, e, entre Estados. Como consequência da expansão do mercado para além das fronteiras nacionais, ou seja, da globalização econômica implícita na lógica do capitalismo pós-industrial, a governança global, disfarçada de uma necessidade global por expertise técnica e científica, continua contribuindo para o crescimento dos privilégios dos mais ricos em escala global. A governança global seria, assim, mais um dos locais de luta por poder, riqueza e conhecimento (MURPHY, 2002).

Segundo Hale (2020), a emergência de questões ambientais modernas como um assunto da política mundial, especialmente a partir da segunda metade do século vinte, tem servido de importante caminho para o desenvolvimento de atores e governança transnacional, podendo-se esperar que as políticas ambientais transnacionais sejam cada vez mais centrais para a política mundial como um todo. Elliot (2002) retrata a governança ambiental global como um cavalo de Tróia a favor do neoliberalismo e do corporativismo verde, uma prática que reflete, constitui e mascara as relações globais de poder, legitimando eco-políticas neoliberais. Nesse processo, o Banco Mundial seria órgão chave, como principal financiador dos programas que tentam limitar o impacto ambiental global nos países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, também dos programas que contribuem para o declínio ambiental nesses mesmos países, financiando a produção de energia fóssil e a espoliação de comunidades locais, através de projetos de infraestrutura de barragens e rodovias, por exemplo. Desse modo, a governança ambiental global tem se mostrado mais retórica do que substancial, e mais particular a certos interesses do que universal, sendo quase surda para as vozes das comunidades locais, na resistência à globalização neoliberal. Nesse sentido, a governança global ainda não foi capaz de lidar com importantes emergências ambientais, revelando-se mal-sucedida na sua missão (ELLIOT, 2002).

Representações sobre causalidade

Entre as causas da situação ambiental do Brasil citadas pelos entrevistados, está a falta de informação da população. Outras causas que têm a população como protagonista também foram levantadas, embora com menor frequência, como a falta de ações individuais e a ausência de resistência da população.

Entendendo que a degradação ambiental geral não é produto do consumo individual, mas sim o resultado de uma relação predatória produzida, especialmente, pelas indústrias, pelo garimpo e pela agropecuária (agronegócio), a ideia de que a culpa principal recai sobre a inação individualizada da população contribui para a perpetuação da situação (JENSEN, 2009). Além disso, classificar os problemas ambientais dos países do Sul como consequência de más



escolhas eleitorais ou de ideias enganosas de desenvolvimento torna a degradação ambiental uma consequência da incompetência da população em compreender a realidade e escolher um líder. Analisar a questão dessa forma limita a compreensão, ofuscando as conexões entre a degradação ambiental, o extrativismo internacional e o mercado de *commodities*, nas dinâmicas de dependência do capitalismo, desresponsabilizando os países do centro capitalista (do Norte), por uma culpa histórica invisibilizada (FERNANDES, 2021).

Loiola *et al.* (2016) entendem que, desde os tempos da colonização, foi implantada uma forma de perceber o Brasil e de “ser brasileiro” pautada em um “determinismo ecológico dual”, em profunda conexão com a natureza. Trata-se de uma dicotomia que coloca a natureza, de um lado, como um paraíso provedor de riquezas inesgotáveis e, de outro, como um inferno tropical, uma barreira à sociedade e à civilização, um local hostil em que a barbárie prevalece e os povos que lá vivem encontram-se em uma situação natural de inferioridade, presumindo uma linearidade histórico-evolutiva. Essa dicotomia justificou a dominação colonial em sua época e perdura até hoje, através de “interesses econômicos, sociais, culturais e, por fim, midiáticos, relacionados ao consumo, à ideia de desenvolvimento na perspectiva de países do Norte, à construção da nacionalidade e do próprio Estado brasileiro.” (LOIOLA *et al.*, 2016, p.60). Desse modo, o desenvolvimento é pensado através de etapas obrigatórias e universais, com referência nos países do Norte, já que os povos que vivem nos trópicos são, supostamente, desordenados, degenerados cultural e moralmente. Esse pensamento conduz, na prática, “as políticas e os sujeitos à degradação ecológica, ao conflito e a reprodução das desigualdades” (LOIOLA *et al.*, 2016, p. 45). Assim, “a imagem do pobre, de origem não-ocidental, que danifica sua floresta, permanece sendo um lugar-comum” (ZHOURI, 2006, p. 163).

As representações dos estudantes estrangeiros desveladas nessa pesquisa evidenciam a dicotomia “riquezas naturais”/“degradação ambiental”, com culpabilização das pessoas, apontando resquícios desse “determinismo ecológico dual”, pois a ignorância da população brasileira aparece como causa dessa degradação ambiental. Ao mesmo tempo, os estudantes entendem que essa degradação ocorre justamente pela necessidade do país se desenvolver. Essa representação contribui para legitimar a degradação ambiental e a exploração da terra e dos recursos naturais pelas pessoas do Sul. Acselhad *et al.* (2012) pontuam que a elite econômico-política brasileira tradicional justifica suas investidas contra o meio ambiente e sua proteção, considerando-o uma barreira ao desenvolvimento, ou seja, esse é um argumento típico daqueles que defendem a degradação ambiental. Segundo Fernandes (2021), a ideia de desenvolvimento sob o capitalismo é contraditória, pois gera uma situação de dependência dos países periféricos subdesenvolvidos. Alguns países centrais se desenvolveram com base na absorção de recursos naturais vindos do Sul a baixo custo, exportando depois esses produtos primários já industrializados para os mesmos países a alto custo, construindo um capitalismo periférico tardio desigual, mantido continuamente em tal posição. A defesa da necessidade de desenvolvimento, sem ultrapassar esses moldes de dependência centro-periferia, resulta, na prática, na degradação ambiental e na reprodução das profundas desigualdades sociais brasileiras.

Estima-se que o Brasil produza comida suficiente para alimentar 1,6 bilhões de pessoas (COPETTI, 2020), ou seja, oito vezes mais do que o necessário para alimentar toda a sua população. Segundo uma matéria de Lucas Rocha na Revista Fórum (2021), o número de bilionários brasileiros passou de 45 para 65 entre 2020 e 2021. Apesar desses dados, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022) relata que, em 2021, mais da metade dos brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar e que, entre 2020 e 2022, o número de brasileiros que convivem com a fome



aumentou de 19,1 milhões para 33,1 milhões, números que não existiam desde 2004. Isso ocorreu logo após o número de queimadas no território brasileiro bater o recorde da década (INPE, 2024).

Os estudantes estrangeiros apontam também uma possível falta de legislação sobre o assunto e, principalmente, a inação do governo para lidar com a problemática. Paganotti (2007) já havia observado em sua pesquisa sobre imagens e estereótipos do Brasil em reportagens internacionais a associação da questão ambiental no Brasil com uma “terra sem lei”. Para Peres (2021), houve um grande avanço na legislação sobre a questão ambiental com a promulgação da Constituição Federal, mas isso não se reflete, necessariamente, em práticas efetivas.

Em um estudo (CHIVARI e LOPES, 2017) comparando a legislação florestal brasileira com a de seis outros países (Argentina, Canadá, China, França, Alemanha e Estados Unidos), a maioria deles compreendidos como “desenvolvidos”, concluiu-se que a o novo Código Florestal Brasileiro, apesar de ter sido enfraquecido em comparação com o anterior em alguns parâmetros, ainda possui exigências mais rígidas de proteção da biodiversidade, de conservação da vegetação nativa e de proteção de áreas ripárias nas propriedades privadas do que as legislações desses outros países. Em outros aspectos da proteção florestal, o Brasil não fica para trás e prevê medidas equivalentes ou semelhantes às dos países comparados. Outro aspecto evidenciado pela pesquisa é que, enquanto no Brasil tais proteções são de caráter federal, garantindo maior aplicação em todo o território, em alguns dos países comparados, como Estados Unidos e Alemanha, a legislação ambiental é de competência estadual ou local.

Ou seja, a representação observada na fala dos entrevistados, de carência de legislação ambiental no Brasil, não subsiste quando confrontada com a realidade. O problema não estaria na falta de legislação, mas na sua implementação e governança.

Entretanto, é verdade que o aparato normativo brasileiro tem sofrido pressões de diferentes grupos econômicos, entre os quais se destacam o agronegócio e a mineração. No governo Bolsonaro, leis de proteção ambiental foram ameaçadas, desmanteladas, flexibilizadas e outras criadas justamente para possibilitar uma maior exploração da terra, inclusive indígena, dos recursos naturais, bem como para fomentar o uso de agrotóxicos (SANTOS e SILVA, 2021; MONTEIRO, 2022). Houve um processo de enfraquecimento do aparato legal e institucional da proteção ambiental (MENEZES e BARBOSA, 2021). Além disso, muitas vezes a degradação da natureza ocorre simplesmente por fora da lei (MONTEIRO, 2022; SANTOS e SILVA, 2021). Assim, não só é possível observar a inação do governo frente às questões ambientais, como citado pelos estudantes estrangeiros, mas também sua contribuição maior ou menor para o acirramento da degradação ambiental e do extermínio dos povos que vivem em contato com a terra.

Nas entrevistas, aparece também como causa da problemática ambiental a ausência de legislações internacionais, chamando atenção, mais uma vez, para a valorização dada pelos estudantes à governança ambiental global.

Em contraste com tal ideia, a realidade mostra que o Brasil possui uma vasta gama de tratados internacionais firmados em matérias relevantes para a temática ambiental, como a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança de Clima (1992) e a Convenção de Diversidade Biológica (1992), e que, através da ratificação desses tratados, as proteções previstas neles integram o direito brasileiro com caráter de norma constitucional (PINHEIRO *et al.*, 2021).

O Brasil também teve um papel importante na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (Rio-92), evento do qual foi sede, e



na elaboração do Protocolo de Kyoto em 1997, atuando muitas vezes como líder e mediador das negociações, além de trazer inovações para as discussões (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Jordace e Arthou (2017), ao analisar os tratados e convenções internacionais recepcionados pelo Brasil, afirmam que "em curto espaço de tempo de diálogo, as nações avançaram de forma significativa para sistematizar uma tutela internacional da natureza" (p. 233), confirmando a existência de considerável legislação internacional sobre o tema.

São observadas nas respostas dos entrevistados como causa da destruição ambiental no Brasil a necessidade de espaço para construção de fábricas, o poder excessivo das grandes empresas e o agronegócio. Quanto a essas últimas duas causas, a representação vai de acordo com o que observa Acselhad *et al.* (2012), ao afirmar que existem grupos, incluindo empresas privadas e os relacionados ao agronegócio, que estruturam o poder econômico e político no Brasil e ditam a forma como capitalismo se desenvolve e se apropria dos recursos naturais, deixando rastros de degradação ambiental. Vieira (2021) entende que destacar o papel do agronegócio e da pecuária na degradação ambiental é essencial para explorar alternativas sustentáveis ao modelo de produção e fortalecer um movimento que transforme os fluxos econômicos.

Representações sobre os atores afetados

Ao perguntar quais atores os estudantes estrangeiros viam como afetados pela questão ambiental no Brasil, a resposta mais frequente foi "todo o mundo", aparecendo na fala de 8 dos 11 entrevistados.

De acordo com Quintana e Hacon (2011), seguindo a percepção dos entrevistados, a sociedade, na sua configuração atual, por conta das relações capitalistas de produção, produz efeitos que atingem todo o planeta. Apesar disso, esses efeitos se dão de maneiras desiguais, com o ônus do processo produtivo e os seus efeitos da crise ambiental direcionados aos países do Sul, de economia dependente, e, dentro desses, para os grupos sociais marginalizados e mais desprovidos, ampliando uma situação de injustiça ambiental (PEREIRA e LOPES, 2021). As desigualdades entre ônus e bônus da exploração da natureza são percebidas como "dívida ecológica", referindo-se às dívidas que os países do Norte teriam para com os países do Sul, devido à apropriação dos recursos ecológicos e sociais. Entretanto, como resultado disso, o que existe são enormes dívidas externas dos países de economia periférica para com os países do Norte (FOSTER e CLARK, 2004; MARTÍNEZ-ALIER, 2002). Zhouiri (2008), reflete que:

É imperativo reconhecer que projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidroelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, bem como políticas globais a partir de formulações abstratas e distantes, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade (2008, p. 105).

Ainda houve respostas que consideraram os mais afetados como os animais e as plantas. De maneira geral, a presença dos indígenas foi pouco comentada, assim como a dos outros povos que vivem em contato com a terra e sofrem constantes ameaças dos interesses capitalistas sobre o meio ambiente, como os quilombolas, os ribeirinhos, os assentados e outros povos tradicionais. Poucas vezes (3) apareceram os termos "nativos" ou "locais" no grupo de afetados. Na associação de palavras, houve apenas uma citação da palavra "indígenas" e outra "aborígenes". Menos da metade dos entrevistados apontaram como afetados as pessoas que vivem diretamente em contato com a terra e a natureza.



Zhourí (2004) já havia notado uma tendência à generalização dos segmentos sociais envolvidos na questão ambiental no Brasil, o que os limita a termos como, por exemplo, “povos da floresta”, invisibilizando a composição social diversa desses grupos. Ao pesquisar sobre as perspectivas das ONGs britânicas sobre a Floresta amazônica, em específico, percebe que a mais comum é baseada no enfoque “Árvores”, em detrimento da perspectiva “Gente” (Zhourí, 2004). A predominância da perspectiva “Árvores”:

[...] gera um distanciamento dos contextos sociais, históricos e culturais específicos da Amazônia, com a consequente redução da Amazônia à questão madeireira. Divorciada de seus contextos históricos, locais e regionais, a Amazônia é frequentemente projetada na arena global como um mero ecossistema, sob a influência da economia global e suas forças políticas (ZHOURI, 2004, p. 41).

Observa-se que o discurso que acompanha a perspectiva “Árvores” foca naquilo que os estrangeiros desejam diante o meio ambiente brasileiro, e menos naquilo que as comunidades locais necessitam. Gomes Junior (2017), em sua tese sobre os sentidos de sustentabilidade amazônica de ONGs transnacionais, concluiu que essas ONGs contribuem para um imaginário global que exclui as formas sociais e culturais existentes na floresta, e desconecta a natureza e os homens. O imaginário construído é “marcado por uma série de interesses econômicos, políticos e mercadológicos” (p. 195). Mesmo referindo-se quase apenas aos povos indígenas, a defesa das “populações locais” figura como uma bandeira secundária.

O apagamento da diversidade de culturas e ecossistemas locais acompanha uma política ambiental de iniciativa global guiada por uma concepção hegemônica de sustentabilidade e orientada por uma perspectiva de mercado, pela imposição da lógica do desenvolvimento sustentável. Tal política tem contribuído, na Amazônia, para uma “comoditização” da floresta e de sua gente, falhando em promover sustentabilidade social e ecológica, porém, reproduzindo padrões de desigualdade social (ZHOURI, 2004).

Representações sobre as soluções

As soluções para lidar com a questão ambiental brasileira invocadas pelos entrevistados refletem temas recorrentes nas entrevistas, como a necessidade de mudanças nos hábitos de consumo pessoal; conscientização da população; educação ambiental; políticas de decrescimento; governança global; e proteção legal.

As mudanças nos hábitos de consumo pessoal como solução, apesar de serem a abordagem citada mais recorrentemente, mostram-se, por si só, ineficazes para modificar substancialmente a problemática ambiental. Focar apenas na mudança de hábitos serve mais para ocultar a situação real e a perpetuação do problema (JENSEN, 2009). A partir do caso da Amazônia, observa-se que:

O consumo “verde” tem recebido destaque como um dos principais elementos da “estratégia” geral direcionada à contenção do desmatamento na Amazônia. Mais ainda: essa perspectiva mercadológica possibilita a existência de um cenário em que ações políticas são legitimamente concebidas e justificadas em nível global. (ZHOURI, 2006, p. 153)

No mesmo sentido da mudança de hábitos, a conscientização da população e a educação ambiental, citados como solução, apesar de serem de grande importância, ainda que possa remeter à representação dos brasileiros como negligentes (LOIOLA *et al.*, 2015; ZHOURI,



2006), limitam a raiz da questão, em si (FERNANDES, 2021). O relatório do IPCC (2021) mostra que há pouco tempo para reverter a situação; assim, as ações para lidar com a destruição dos recursos naturais precisam ser imediatas. Ainda assim, a educação ambiental, em sua forma crítica, através do diálogo, da práxis e do enfoque interdisciplinar, é chave para que os indivíduos entendam o valor de qualquer ser natural ou cultural e, com isso, possam desvelar processos ideológicos (PENELUC e SILVA, 2011). A educação ambiental contribui para o fomento da desalienação intelectual, social, política e ideológica dos indivíduos, para a criação de consciências reflexivas, para o agir político crítico situado historicamente e para a politização da problemática ambiental. Seu maior fim recai na emancipação individual e social, inclusive da natureza, sobre todas as formas de dominação por ela sofridas.

“Políticas de decrescimento” foram apontadas como extremamente necessárias, não só para o Brasil, mas para o mundo todo: *“Decrescimento significa uma economia que não é focada no crescimento até o infinito, só em decrescer e em viver em harmonia, felicidade para os humanos e também para o meio ambiente”* (E9).

A ideia de decrescimento começou a se popularizar a partir do Sul da Europa e parte do princípio de que a crise mundial, ecológica incluída, é causada, principalmente, pela orientação ao crescimento econômico (TRETTEL-SILVA, 2017). Para combater esse crescimento desregrado, é necessária a implantação de uma transição para uma sociedade que seja mais justa, participativa, menos desigual e sustentável, capaz de satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, com baixo impacto ecológico. Entretanto, as políticas de decrescimento não devem ser aplicadas da mesma forma no mundo todo, mas devem levar em conta as diferenças no consumo dos indivíduos do Norte e do Sul, significando uma diminuição do padrão médio de consumo nos países do Norte, mas não necessariamente nos do Sul, que já consomem abaixo do limite de sustentabilidade (TRETTEL-SILVA, 2017).

A necessidade de uma governança global, como apontada nas entrevistas, objetivaria lidar com a dimensão global da crise ambiental (QUINTANA e HACON, 2011), a internacionalização dos assuntos e discussões (IANNI, 1993) e o projeto hegemônico de caráter global em execução (IANNI, 2008), tendo em vista a frequência com que a questão ambiental aparece nas discussões, órgãos e organizações internacionais (HALE, 2020). Entretanto, a governança global como solução para os problemas surgidos com a globalização falha em resolver problemas na esfera ambiental, muitas vezes, agravando-os, visto que a aplicação de políticas verdes neoliberais (ELLIOT, 2002) contribui para o aumento das desigualdades (MURPHY, 2002). A ideia da governança global surge na forma de um consenso com a noção de desenvolvimento sustentável, ou seja, de que diversos interesses implicados na questão ambiental, como econômicos, ecológicos e sociais, poderiam ser conciliados. Nesse processo, ocultam-se as relações de poder que permeiam a questão e, assim, a intenção de controle dos espaços, pessoas e decisões por trás da governança global. Com isso, quando há a participação da sociedade civil, ela acontece através de organizações escolhidas pelas camadas dominantes da sociedade, com exclusão das comunidades mais periféricas nesses espaços de decisão e poder. Por fim, “A governança ambiental assim proposta promove um esvaziamento do sentido político das lutas ambientais” (ZHOURI, 2008, p. 99).

A crítica à governança global não significa uma crítica a todas as formas de lidar com a questão ambiental de maneira internacional (QUINTANA e HACON, 2011; IANNI, 1993, 2008), já que problemáticas de dimensões globais “requerem uma resposta planejada, centralizada com todas as ferramentas que estejam à disposição do Estado” (HERON e DEAN, 2021, p. 1).



Percebe-se nesse estudo que a maior parte das soluções enunciadas pelos participantes da pesquisa remetem a ações estatais, sendo a mais frequente a elaboração de leis. Apesar do ordenamento jurídico de proteção ambiental brasileiro ser avançado, o país costuma ser retratado internacionalmente como ausente de leis (PAGANOTTI, 2007), desordenado, e com sua população sendo retratada como degenerada (LOIOLA *et al.*, 2015). Tais representações remontam ao período da colonização e demonstram a continuidade da ideia do país como limitante ao desenvolvimento da sociedade e, por isso, um lugar a ser apropriado e domesticado a partir da imposição de um desenvolvimento não baseado na perspectiva local, mas na dos países do Norte, os quais foram responsáveis por forjar tal representação a partir de seus interesses econômicos, sociais e culturais (LOIOLA *et al.*, 2015).

Já foi abordado anteriormente que o Brasil possui uma vasta e rígida legislação de proteção ambiental, assim como é um ator importante na cooperação internacional para a elaboração de um aparato legislativo internacional sobre o tema. Entretanto, subsistem desafios que limitam a efetivação de tais previsões legais.

No âmbito nacional, alguns desafios são a exclusão da participação da sociedade civil e a predominância do controle ambiental através do entendimento do Estado e do poluidor/empreendedor (SILVA e SILVA, 2019); a persistência do lucro para as empresas na hora de violar a legislação ambiental e arcar com as sanções ou, até mesmo, achar "brechas" legais para aliviá-las (MOREIRA *et al.*, 2021); e as contínuas tentativas nos anos recentes de dismantlar a proteção ambiental e seus órgãos protetores (MONTEIRO, 2022; SANTOS e SILVA, 2021; MENEZES e BARBOSA, 2021).

Tais desafios advêm da dominação do Estado e do espaço público por certos grupos econômicos, como o agronegócio e as transnacionais, principalmente alimentícias, que não encontram dificuldades em impor suas necessidades nas tomadas de decisão brasileira, em detrimento dos impactos ambientais, instrumentalizando a máquina institucional a seu favor, garantindo seus ganhos (SIEBENEICHLER, 2020). A influência e a atuação do setor no agronegócio na política brasileira se estendem, inclusive, no âmbito da política externa ambiental brasileira, causando uma retração da posição do Brasil nas negociações internacionais na última década (SIEBENEICHLER, 2021).

Heron e Dean (2021), ao comentarem sobre a saída necessária para a crise ambiental de caráter mundial, percebem que existem algumas tendências dominantes quando se trata do assunto: 1. Tendência do negacionismo da crise ambiental, ausente nas representações aqui pesquisadas; 2. Ausência de solução, também não apontada nesse trabalho; 3. Tendência progressista, daqueles que veem a importância de construir uma solução em larga escala, internacional ou estatal, onde se encaixam as representações sociais sobre a solução para a questão ambiental dos participantes dessa pesquisa. Essa tendência progressista busca conciliar os poluidores com os que são poluídos, universalizando a culpa e a abrangência dos danos. Quando procura conciliar interesses de classe difusos, mascara as falhas existentes na estrutura capitalista, assim, falha em propor mudanças substanciais de fato e em promover ações contra a exploração das populações, especialmente em países com desigualdades profundas, e de não ruptura com as relações de dependência imperialistas, que implicam no sistema causador da degradação ambiental, servindo mais à função ideológica (HERON e DEAN, 2021).

Ainda assim, a compreensão de que uma resposta estatal em larga escala é necessária, dentro de uma visão global de mundo, é o primeiro passo para a resolução da escassez de recursos naturais e desequilíbrios ecológicos. Para que essa resposta possa se concretizar, precisa-se ter em vista a transformação das relações entre os países de capitalismo desenvolvido e suas classes dominantes, e os países de capitalismo tardio e em desenvolvimento. Focar no



poder coletivo para colocar a economia a favor dos humanos e da natureza passa pela reorganização do modo e das relações de produção e reprodução (HERON e DEAN, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de mobilidade acadêmica tendem a influenciar o engajamento de estudantes em questões globais, como por exemplo, a sustentabilidade ambiental. No contexto das mudanças climáticas e da degradação do meio ambiente, o artigo buscou analisar as representações sociais do meio ambiente brasileiro por estudantes estrangeiros participantes de programas de mobilidade acadêmica em Bruxelas, na Bélgica, nos anos de 2020 e 2021.

Os dados demonstram que os participantes da pesquisa são jovens preocupados com a questão ambiental, que admitem a existência dessas problemáticas em nível mundial e no Brasil, e que, principalmente, não negam as mudanças climáticas correlacionadas. Ainda que não se tenha medido o nível de preocupação e seu engajamento em ações relacionadas a causas ambientais, todos os entrevistados afirmaram que as questões ambientais os preocupam e enfatizaram tanto a importância de mudar a forma como os humanos têm se relacionado com o meio ambiente, quanto a importância do próprio meio ambiente. As causas para os problemas ambientais mais enfatizados limitam-se à esfera individual, contrastando com a necessidade de ações coletivas e políticas para mudanças ambientais e climáticas, as quais são consideradas mais eficazes em nível global.

Nas representações sociais dos participantes da pesquisa, egressos de programas de mobilidade, sobre o meio ambiente brasileiro, constata-se a ausência da discussão sobre os povos originários e tradicionais, assim como da diversidade cultural, da exploração histórica colonial e imperialista e, com isso, das desigualdades presentes na realidade global e implicadas no sistema causador da degradação ambiental; observa-se também a presença de representações exotizadas, estereotipadas e limitadas a uma dicotomia acentuada entre a degradação ambiental e as riquezas naturais exorbitantes.

Assim, é possível interpretar tal visão, as omissões dos temas mencionados e, ainda, o enfoque dado às ações individuais para lidar com a degradação ambiental no Brasil, como pouco capazes de romper com o sistema hegemônico de valoração cultural e econômica e de resolver os problemas globais, como prevê a literatura sobre intercâmbio acadêmico.

Nota-se que, uma grande parte das soluções enunciadas pelos participantes da pesquisa para combater a degradação ambiental remetem à ação e à responsabilização estatal, ideias que Heron e Dean (2021) veem como bastante positivas e eficazes.

As representações sobre o meio ambiente brasileiro obtidas na presente pesquisa não contemplaram a dimensão complexa do tema, nem a ligação do manejo do meio ambiente com a estruturação do país, com o processo de acumulação primitiva e de privatização da terra e de seus recursos naturais, de forma conectada com o avanço do colonialismo, do imperialismo e, portanto, do capitalismo no mundo.

Apesar do número reduzido de participantes, os dados obtidos possibilitaram um bom rendimento analítico sobre as representações sociais de estudantes estrangeiros intercambistas sobre a questão ambiental brasileira. Desse modo, sugere-se novas pesquisas sobre o assunto, abrangendo mais participantes e outros programas de mobilidade acadêmica para compreender ainda mais as representações sociais que circulam no mundo acerca do meio ambiente brasileiro.



REFERÊNCIAS

- ACSELHAD, Henri *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? E-Cadernos CES [Online] 17, p. 164-183, 2012.
- AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIGOTTO, Raquel Maria. Quando o neoextrativismo chega aos corpos e territórios: agronegócio, processos de vulnerabilização e colonialidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 57, p. 55-78, jun. 2021.
- ALMEIDA, Wilson; RODRIGUES, Débora; SANTANA, Hadassah Sousa. O posicionamento do Brasil nas negociações internacionais sobre temas de meio ambiente. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 183-202, 2014.
- ALTER, C.; HAYNES, S.; WORLAND, J. Person of the Year: Greta Thunberg. *Time Mag.* [S.L.], 2019, 194, 27-28. Disponível em: <https://time.com/person-of-the-year-2019-greta-thunberg/>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- ASSUMPCÃO, Douglas Junio Fernandes. Práticas e discursos comunicacionais na interface Web: sites das agências de cooperação internacional na Amazônia legal. 2018. 154 f. Tese (Doutorado - Curso de Comunicação e Linguagens) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.
- BARCELLOS, Gilsa Helena; VALADÃO, Vanda de Aguiar. Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental. *Revista Temporalis*, Vitória, v. 2, n. 24, p. 145-169, 2012.
- BBC. Amazon fires lead to worldwide protests over Brazilian government inaction. BBC, [S.L.], 23 ago. 2019, p. 1-1. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-49455543>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BBC NEWS. COP26: Thousands march for Glasgow's biggest protest. BBC, Escócia, 6 nov. 2021, p. 1-1. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-59185007>. Acesso em: 24 maio 2022.
- BIJWAARD, Daan; DUNNE, Allison. Pan-European Survey: Main multi-country report. IPSOS, [S.L.], 2021. p. 1-15. Disponível em: <https://mk0eeborgicuyptuf7e.kinstadcn.com/wp-content/uploads/2021/04/IPSOS-Multi-Country-Report-complete.FINAL.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.
- CAMELY, Nazira Correia. Os agentes do imperialismo na Amazônia ocidental: um estudo sobre a intervenção das ONGs no estado do Acre. *GEOgraphia*, v. 10, n. 19, p. 60-83, 2010.
- CARVALHO, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2004.
- CAZZAMATTA, Regina. A imagem do Brasil na imprensa alemã antes da crise político-econômica. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, [S.L.], vol. 43, n. 3, p. 115-33, 2020.
- CHIAVARI, Joana; LOPES, Cristina Leme. Legislação florestal e de uso da terra: uma comparação internacional, Argentina, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha e Estados Unidos. INPUT, Rio de Janeiro, 2017.
- COPETTI, Thiago. Brasil produz comida para alimentar até 1,6 bilhões de pessoas. *Jornal do Comércio*, [S. L.], 15 mai. 2020, p.1-1. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/agro/2020/10/761466-brasil-produz-comida-para-alimentar-ate-1-6-bilhao-de-pessoas.html. Acesso em: 4 jul. 2022.
- DA SILVA, Alberto Teixeira. Desafios políticos e socioambientais da governança global na Amazônia: a emergência do programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil. *Papers do NAEA*, Belém, v. 19, n. 168, p. 1-18, jul. 2010.
- DEWES, João Osvaldo. Amostragem em bola de neve. In DEWES, João Osvaldo. *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos*. 2013. 52 f. Monografia (Bacharel, Estatística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ELLIOT, Lorraine. Global environmental governance. In WILKINSON, Rorden; STEPHEN, Hughes. *Global governance: critical perspectives*. 1ed., [S.L.]: Routledge, 29 ago. 2002, p. 223-238.
- FERNANDES, Sabrina. Ecological Imperialism and Jair Bolsonaro's Agenda in Brazil. *New Politics*, 2021.
- G1. Garimpo ilegal na Terra Yanomami cresceu 54% em 2022. Boa Vista, 01 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/01/garimpo-ilegal-na-terra-yanomami-cresceu-54percent-em-2022-aponta-levantamento-de-associacao.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Ecological Imperialism: The Curse of Capitalism. *Socialist Register*, [S.L.] v. 40, n. 1, p. 186-201, 2004.
- FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES JÚNIOR, Jonas da Silva. ONGs transnacionais e os sentidos de sustentabilidade amazônica: imaginário, discurso e poder. 2017. 235 f. Tese (Doutorado, Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas.
- GUDYNAS, Eduardo. Ecología política del fuego: ambiente y desarrollo en los incendios sudamericanos de 2019. *Informe Ambiental 2020: Lo ambiental debe ser política de Estado*, Buenos Aires, v. 12, p. 40-50, 2020.
- HALE, Thomas. Transnational actors and transnational governance in global environmental politics. *Annual Review of Political Science*, [S.L.], v. 23, p. 203-220, 2020.
- HAN, Heejin; AHN, Sang Wuk. Youth Mobilization to Stop Global Climate Change: narratives and impact. *Sustainability*, [S.L.], v. 12, n. 10, p. 41-27, 18 maio 2020.



- HERON, Kai; DEAN, Jodi. Revolution or Ruin. e-flux, Online, v. 110, jun. 2020. Em: <https://www.e-flux.com/journal/110/335242/revolution-or-ruin/>. Acesso em: 7 de jul. de 2022
- IANNI, Octávio. O jovem radical. In BRITTO, Sulamita de. (org.). Sociologia da juventude I – da Europa de Marx à América Latina de hoje. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 220-242.
- _____. Capítulo 2: A Sociedade civil mundial. In IANNI, Octávio. A Sociedade Global. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 35-50.
- _____. Globalização e crise do Estado-Nação. Estudos De Sociologia, Araraquara, vol. 4, n. 6, p. 129-135, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Tabela anual comparativa de países - últimos anos no intervalo de 01/Jan até 03/Dez. 2024. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/situacao_atual/. Acesso em: dez. 2024.
- _____. Monitoramento dos focos ativos por Bioma. 2024. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/. Acesso em: dez. 2024.
- IPCC, 2021: summary for Policymakers. 2021. Cambridge University Press. [S.L.], 2021, p. 3-32.
- JENSEN, Derrick. Forget Shorter Showers: Why personal change does not equal political change. Orion Magazine, Manchester, julho/agosto 2009. p. 1-1.
- JORDACE, Thiago; ARTHOU, Leslie. Tratados e convenções internacionais recepcionados pelo Brasil para a preservação do meio ambiente. Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença, Valença, v. 14, n. 1, p. 215-234, 2017.
- KUMAR, Rajesh. Concentrated Oxygen. In RANA, Dr. M.K.. Herbaceous plants as natural protective food. Nova Delhi: Scientific Publishers, 2014. p. 13- 21.
- LEASK, Betty. Introduction e Why Internationalize the curriculum?. In LEASK, Betty. Internationalization of the curriculum (IoC) in action - a guide. Nova York: Routledge, 2015. p. 3 – 25, 2015.
- LOIOLA, Sérgio Almeida; CARDOSO, Ludimila Stival; ARAÚJO, Alexandre Martins; NAZARENO, Elias. Da dominação colonial à colonialidade do saber: efeitos do determinismo ecológico dual no Brasil. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 35, p. 38-67, dez. 2015.
- MADEIRO, Carlos. Derramamento de óleo na costa do Nordeste completa 2 anos sem desfecho. UOL Notícias, Maceió, 30 ago. 2021, p. 1-1. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/08/30/oleo-nordeste-dois-anos.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. The ecological debt. Kurswechsel, Vienna, v. 4, n. 2002, p. 5-16, abr. 2002.
- MENEZES, Roberto Goulart; BARBOSA, Ricardo. Environmental Governance under Bolsonaro: Dismantling Institutions, Curtailing Participation, Delegitimizing Opposition. Zeitschrift Für Vergleichende Politikwissenschaft, [S.L.], vol. 15, n. 2, p. 229–47, 12 ago. 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em Representações Sociais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 89-112.
- MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Processos de Espoliação no Brasil Atual: Ofensivas do agronegócio sobre os direitos ambientais e territoriais. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 74-95, 2022.
- MOREIRA, Kátia S.; JUNQUEIRA JÚNIOR, José. A.; SOUSA, Paulo E. de O.; MOREIRA, Heitor S.; BALIZA, Danielle P. A evolução da legislação ambiental no contexto histórico brasileiro. Research, Society and Development, [S. L.], v. 10, n. 2, p. 1-21, 2021.
- MORLEY, Louise; ALEXIADOU, Nafsika; GARAZ, Stela; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José; TABA, Marius. Internationalisation and migrant academics: the hidden narratives of mobility. Higher Education, [S.L.], v. 76, n. 3, p. 537-554, 25 jan. 2018.
- MURPHY, Craig. Why Pay Attention to Global Governance. In WILKINSON, Rorden; STEPHEN, Hughes. Global governance: critical perspectives, 1ed., [S.L.]: Routledge, 29 ago. 2002 p. 11-17.
- NOGUEIRA, Silvia Garcia; MELO, F.; GALDINO, A.. A imagem ambiental do Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana. Sul Global, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-63. 2020.
- NOVAES, Henrique Tahan. Produção destrutiva, colapso ambiental e agroecologia na ótica marxista. Revista Fim do Mundo, Marília, n. 2, p. 92-108, 28 mai. 2020.
- OLIVEIRA, Adriana Leônidas de; FREITAS, Maria Ester de. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. Revista Brasileira de Educação, [S.L.], v. 22, n. 70, p. 774-801, jul. 2017.
- OLIVEIRA, Ney Coe de. Amazônia, pulmão do mundo? Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 45, n. 12, p. 14-14, 24 dez. 1991.
- PAGANOTTI, Ivan. Imagens e estereótipos do Brasil em reportagens de correspondentes internacionais. Rumores, [S.L.], v. 1, n. 1, 25 dez. 2007.
- PAIGE, R. Michael; FRY, Gerald; STALLMAN, Elizabeth M.; JOSIÉ, Jasmina; JON, Jae-Eun. Study abroad for global engagement: the long-term impact of mobility experiences. Intercultural Education, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 29-44, jan. 2009.
- PERES, Jackson Alexandro. Pensamento e Legislação Ambiental no Brasil (1896-2000). Faces da História, Assis, v. 8, n. 1, p. 143-164, 30 jun. 2021.



- PENELUC, Magno da Conceição; SILVA, Sueli Almuiña Holmer. Representações sociais e materialismo histórico: contribuição para a educação ambiental crítica. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 5, n. 1, p.19-39, mai. 2011.
- PEREIRA, Viviane Camejo; LOPES, Claudemira Vieira Gusmão. O ecologismo dos pobres e o racismo ambiental: reflexões sobre sociedade e natureza para uma educação ambiental crítica. *Divers@!*, Matinhos, v. 14, n. 2, p. 110-125, 30 dez. 2021.
- PINHEIRO, Ana Cristina Magalhães Santana; DE SOUZA, Joseane Xavier; FERREIRA, Adriano Fernandes. Tratados internacionais ambientais e o fenômeno da constitucionalização. *Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro*, Maringá, v. 4, n. 1, p. 1-23, 2021.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Introdução e Sentido da Colonização; Vida material (Economia); Vida social (Vida Social e Política). In PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6. ed. Colônia: Brasiliense, 1961. p. 5-26;113-124;340-377.
- QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25/26, p. 427-444, 2011.
- RAINSFORD, Emily; SAUNDERS, Clare. Young Climate Protesters' Mobilization Availability: climate marches and school strikes compared. *Frontiers In Political Science*, [S.L.], v. 3, 18 ago. 2021.
- REDE PENSSAN, Fundação Friedrich Ebert. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 31 mai. 2023
- REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, Maringá, v. 33, n. 2, p. 149–59, 19 dez. de 2011.
- ROCHA, Lucas. Número de bilionários cresce no Brasil e no mundo mesmo com crise gerada pela Covid. *Revista Fórum*, [S.L.], 6 abr. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2021/4/6/numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-no-mundo-mesmo-com-crise-gerada-pela-covid-94775.html> Acesso em: 30 de mai. de 2023.
- SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Everton Melo. 'Agro acima de tudo, minério acima de todos': as ameaças do Governo Bolsonaro às áreas legalmente protegidas na Amazônia. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 343–66, set. 2021.
- SIEBENEICHLER, Amanda Jandrey. O Agro é Lobby: A influência das corporações transnacionais sobre o agronegócio brasileiro. In: *Seminário Discente de Ciência Política (SDCP)*, n. 1, 2020, Curitiba, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2020.
- _____. O Latifúndio como Formulador de Política Externa e o Desmonte de Políticas Ambientais. *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil*, Rio de Janeiro, vol. 20, p. 1-33, 2021.
- SILVA, Leandro Muniz Barbosa da; SILVA, Julio Pergentino da; BORGES, Maria Alice de Lira. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, João Pessoa, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019.
- SILVA, Lúcia Maria Alves; GOMES, Edvânia Torres Aguiar; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Diferentes olhares sobre a natureza: representação social como instrumento para educação ambiental. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 10, n. 1, p. 41–51, abr. 2005
- TAYLOR, Matthew; BARLETT, John; WATTS, Jonathan. Climate crisis: 6 million people join latest wave of global protests. *The Guardian*, [S. l.], 27 set. 2019. p. 1-1. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/sep/27/climate-crisis-6-million-people-join-latest-wave-of-worldwide-protests>. Acesso em: 24 maio 2022.
- TRETTTEL-SILVA, Gabriel. O decrescimento: leituras a partir do Sul global. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 119-141, 9 dez. 2013.
- VIEIRA, Paulo Henrique Freire *et al.* Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S.L.], v. 57, p. 1-15, jun. 2021.
- ZHOURI, Andréa. Global–Local Amazon Politics: conflicting paradigms in the rainforest campaign. *Theory, Culture & Society*, London, Thousand Oaks e New Delhi, v. 21, n. 2, p. 69-89, abr. 2004.
- _____. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 139-169, jun. 2006.
- _____. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v. 23, p. 97- 107, out. 2008

COMO CITAR ESTE TRABALHO

DA SILVA, Maria Clara. GRISOTTI, Márcia. Representações sociais do meio ambiente brasileiro por estudantes estrangeiros: um estudo de caso em Bruxelas, Bélgica. *Revista*



Tamoios, São Gonçalo, v. 21, n. 1, p. 142-167, 2025. Disponível em:
<https://doi.org/10.12957/tamoios.2025.76685>. Acesso em: DD MMM. AAAA.